

**ENTRE O DIAGNÓSTICO
LÚCIDO E O IMPASSE
ESTRATÉGICO: UMA
LEITURA CRÍTICA DE NAS
RUÍNAS DO
NEOLIBERALISMO, DE
WENDY BROWN**

**BETWEEN THE LUCID DIAGNOSIS AND THE STRATEGIC IMPASSE: A
CRITICAL READING OF IN THE RUINS OF NEOLIBERALISM, BY WENDY
BROWN**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 20/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789873311](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789873311)

Jerusalém de Lima Silva
Helena Quedma Bomfim Hermenegildo de Lima
Edvaldo Soares da Silva
Karla Maria de Oliveira
Lília Nóbrega de Souza
Josiclayde de Oliveira Freire Sebadelhe

RESUMO

O presente artigo propõe uma leitura engajada e crítica da obra *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* (2019), de Wendy Brown. Reconhecendo a contribuição central da autora para o pensamento crítico contemporâneo — especialmente sua tese sobre a articulação entre racionalidade neoliberal, niilismo e ascensão da extrema direita —, o texto busca tensionar certas lacunas analíticas que, do ponto de vista de uma esquerda comprometida com a transformação radical das relações sociais, merecem ser enfrentadas. Entre elas, destacam-se: o tratamento insuficiente da questão de classe, a ausência de uma perspectiva periférica e decolonial, a dificuldade de articular uma agenda política afirmativa para além da defesa das instituições democráticas liberais, certas ambiguidades no uso do conceito de niilismo e uma tensão não resolvida entre a herança foucaultiana e a tradição marxista. O artigo é atravessado por citações diretas da obra, que funcionam tanto como fundamento quanto como interlocução crítica.

Palavras-chave: Wendy Brown; Neoliberalismo; Democracia; Crítica de esquerda; Extrema direita; Luta de classes.

ABSTRACT

This article proposes an engaged and critical reading of Wendy Brown's *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West* (2019). Recognizing the author's central contribution to contemporary critical thought — especially her thesis on the articulation between neoliberal rationality, nihilism, and the rise of the far-right —, the text seeks to tension certain analytical gaps that, from the standpoint of a left committed to the radical transformation of social relations, deserve to be addressed. Among them are: the insufficient treatment of the class question,

the absence of a peripheral and decolonial perspective, the difficulty of articulating an affirmative political agenda beyond the defense of liberal democratic institutions, certain ambiguities in the use of the concept of nihilism, and an unresolved tension between the Foucauldian heritage and the Marxist tradition. The article is traversed by direct quotations from the work, which function both as foundation and as critical interlocution.

Keywords: Wendy Brown; Neoliberalism; Democracy; Left critique; Far-right; Class struggle.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Mérito Inegável de Um Diagnóstico de Época

Não é exagero afirmar que Wendy Brown se consolidou, nas últimas décadas, como uma das vozes mais lúcidas da teoria política crítica norte-americana. Sua trajetória — de *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity* (1995) a *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (2015), culminando em *In the Ruins of Neoliberalism* (2019) — desenha um arco analítico que acompanha, sem se submeter a ele, o avanço da racionalidade neoliberal sobre as mais diversas esferas da vida social. O livro de 2019, publicado no Brasil pela Editora Filosófica Politeia sob o título *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, surge num momento de perplexidade generalizada: a eleição de Trump nos Estados Unidos, o Brexit, a emergência de governos de extrema direita na Europa e na América Latina pareciam ter apanhado o progressismo ocidental desprevenido. Brown se propõe, então, a responder a uma pergunta incômoda: como chegamos até aqui?

A resposta que oferece é, em si mesma, uma contribuição teórica de primeira ordem. Longe de interpretar a virada autoritária como uma anomalia ou um retorno do recalcado, Brown argumenta que a extrema direita contemporânea é, em medida significativa, *filha* do neoliberalismo — ainda que um filho monstruoso, não previsto pelos pais. Há, nessa formulação, uma recusa tanto da esquerda que vê no neoliberalismo apenas uma política econômica quanto da direita que pretende dissociar o livre mercado de qualquer tradição moral conservadora. A autora escreve, já nas páginas iniciais:

A incapacidade de prever, compreender ou efetivamente contestar esses desenvolvimentos é devida, por um lado, a suposições cegas sobre valores e instituições ocidentais duradouros — especialmente o progresso, o Iluminismo e a democracia liberal — e, por outro lado, à aglomeração pouco familiar de elementos na direita ascendente — sua curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo. Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais) (Brown, 2019, p. 34).

Essa passagem revela a ambição do livro: capturar a singularidade do fenômeno contemporâneo sem reduzi-lo a categorias pré-

fabricadas. Brown recusa tanto a leitura que vê na extrema direita um simples "retorno do fascismo" quanto aquela que a interpreta como mera reação econômica à globalização. O que está em jogo, segundo ela, é uma formação *relativamente inédita*, cujas raízes se encontram na própria racionalidade neoliberal.

Contudo, é justamente nos pontos mais fortes da análise que se insinuam certas limitações que uma leitura comprometida com a emancipação não pode deixar de apontar. Este artigo se propõe a esse exercício: reconhecer a potência do diagnóstico e, ao mesmo tempo, indicar onde ele vacila, onde se fecha, onde deixa de abrir portas que ele mesmo sugere. A hipótese que orienta esta investigação é a de que a análise de Brown, embora indispensável, permanece presa a certos limites epistemológicos e políticos que impedem uma compreensão mais radical do neoliberalismo como expressão da dominação de classe e da crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada neste artigo é a da análise hermenêutica crítica, articulada à reconstrução racional dos argumentos centrais da obra em diálogo com a tradição do pensamento marxista e da teoria crítica. Trata-se, portanto, de um procedimento que não se limita à paráfrase ou ao resumo, mas que busca extrair do texto suas premissas implícitas, suas tensões internas e suas consequências políticas não assumidas pela própria autora.

Do ponto de vista epistemológico, o artigo se situa no campo da teoria crítica de inspiração marxista, compreendendo o neoliberalismo não apenas como uma racionalidade governamental

— conforme a leitura foucaultiana que Brown mobiliza —, mas como uma *forma histórica específica* da dominação de classe no capitalismo tardio. Essa opção teórica não implica rejeitar as contribuições de Foucault, mas antes tensioná-las a partir de categorias que a própria tradição marxista oferece: modo de produção, luta de classes, fetichismo da mercadoria, acumulação primitiva, imperialismo.

O procedimento analítico se desdobra em três operações complementares:

Primeira operação: reconstrução immanentista. Busca-se reconstruir os argumentos centrais da obra a partir de suas próprias premissas, sem impor categorias externas. Essa operação é fundamental para evitar a caricatura e garantir que a crítica se dirija efetivamente ao que a autora diz, e não a um espantalho construído para fins retóricos. As citações longas, inseridas ao longo do texto, cumprem essa função: permitem que a voz de Brown se faça ouvir em sua própria densidade.

Segunda operação: tensionamento crítico. Uma vez reconstruídos os argumentos, busca-se identificar suas tensões internas, suas lacunas e suas consequências não assumidas. Esse tensionamento se dá a partir de três eixos principais: (i) a questão de classe e da economia política do capitalismo; (ii) a perspectiva periférica e decolonial; (iii) a possibilidade de uma agenda política afirmativa para além da defesa das instituições democráticas liberais.

Terceira operação: diálogo com a tradição crítica. Os argumentos de Brown são colocados em diálogo com autores da tradição marxista e da teoria crítica — como David Harvey, Pierre Dardot e Christian

Laval, Wolfgang Streeck, Nancy Fraser, Boaventura de Sousa Santos, entre outros —, de modo a situar sua contribuição no campo mais amplo das interpretações do neoliberalismo.

É importante destacar que o artigo não pretende ser uma "refutação" da obra de Brown, mas uma leitura *engajada* — isto é, uma leitura que reconhece a autora como interlocutora necessária, ainda que não suficiente, para pensar os impasses políticos do presente. A crítica que se dirige a ela é, antes de tudo, uma autocrítica da própria esquerda, da qual Brown é uma das vozes mais qualificadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, o artigo se vale de: (i) leitura integral da edição brasileira da obra, publicada pela Editora Filosófica Politeia em 2019; (ii) consulta às resenhas e debates acadêmicos publicados em periódicos como *Radical Philosophy*, *Progress in Political Economy* e *Theory, Culture & Society*; (iii) leitura das obras anteriores de Brown, especialmente *Undoing the Demos* (2015) e *States of Injury* (1995); (iv) diálogo com a bibliografia crítica sobre o neoliberalismo, com ênfase nas obras de Harvey (2005), Dardot e Laval (2016), Streeck (2016), Fraser (2022) e Mirowski (2013).

3. O NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: ENTRE FOUCAULT E ALÉM DELE

Um dos eixos centrais da argumentação de Brown é a compreensão do neoliberalismo não como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma *racionalidade governamental* que reconfigura todas as esferas da existência. Nessa esteira, a autora dialoga explicitamente com Foucault e suas análises sobre a governamentalidade neoliberal, mas avança ao demonstrar como

essa racionalidade não se limita à modelação de sujeitos-empresários de si mesmos — ela produz, também, um terreno fértil para o antidemocrático.

A autora reconhece que sua leitura anterior, em *Undoing the Demos*, havia se concentrado quase exclusivamente no fenômeno da "economização" de todas as esferas da vida. No livro de 2019, ela revisa parcialmente essa posição:

O projeto deste livro requer pensar para além dos argumentos (e mesmo revisá-los) de Undoing the Demos, meu trabalho anterior sobre o neoliberalismo e a democracia, no qual eu caracterizava a racionalidade neoliberal como focada exclusivamente no impulso de economicizar todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade. Ele também revisa argumentos de um ensaio anterior, American Nightmare, em que analisei as racionalidades neoliberal e neoconservadora como distintas em suas origens e características (Brown, 2019, p. 40-41).

Essa autorrevisão é significativa. Em *Undoing the Demos*, Brown havia seguido de perto a leitura foucaultiana do *homo oeconomicus* como sujeito da competição e do autoinvestimento. Agora, ela reconhece que essa leitura era insuficiente para dar conta da articulação entre neoliberalismo e conservadorismo moral — articulação que, segundo ela, já estava presente nos textos fundadores do neoliberalismo, especialmente na obra de Friedrich Hayek.

Brown mostra como os fundadores do pensamento neoliberal — Hayek, Friedman, os ordoliberais — não eram meros defensores do livre mercado, mas arquitetos de um projeto civilizatório que pretendia substituir a ordem democrática por uma ordem disciplinada pelos mercados e pela moralidade tradicional. A autora observa que a Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947, já indicava essa dupla dimensão:

Na "Declaração de Objetivos" de 1947 da Sociedade Mont Pèlerin, o primeiro item listado como matéria a ser objeto de estudos adicionais foi "a análise e exploração da natureza da crise atual, de modo a trazer para os outros as origens morais e econômicas essenciais" (grifo nosso). A declaração também identificou uma "visão da história que nega todos os padrões morais absolutos" como um dos riscos para "os valores centrais da civilização" e da liberdade (Brown, 2019, p. 42, nota 20).

Essa passagem é fundamental porque demonstra que, desde suas origens, o neoliberalismo não era apenas um projeto econômico, mas um projeto *moral* — e que a defesa do mercado estava inseparavelmente ligada à defesa de uma certa ordem tradicional. Brown escreve:

Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e da evolução espontânea da civilização. Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de "esfera pessoal protegida" confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam (Brown, 2019, p. 42).

A reconstrução é brilhante e revela uma dimensão do neoliberalismo que boa parte da esquerda havia negligenciado. Ao demonstrar que Hayek via no mercado e na moral duas formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas — ambas organizadas espontaneamente, ambas opostas ao planejamento estatal —, Brown nos dá as ferramentas para compreender fenômenos contemporâneos como a aliança entre evangélicos e ultraliberais no Brasil, a retórica da "ideologia de gênero" e a cruzada antiaborto que atravessa governos de extrema direita em todo o mundo.

Entretanto, é preciso perguntar: ao definir o neoliberalismo como racionalidade totalizante, Brown não corre o risco de torná-lo onipresente e, portanto, analiticamente indistinto? Se tudo é neoliberalismo — a família, a universidade, o ativismo, o sujeito —, como distinguir os mecanismos específicos de dominação daqueles de resistência? Aqui, a herança foucaultiana, que a autora mobiliza

com destreza, mostra sua face mais problemática: a tendência a dissolver a análise de classes numa microfísica difusa do poder.

Pierre Dardot e Christian Laval, em *A nova razão do mundo* (2016), avançam nessa mesma direção foucaultiana, mas com uma diferença importante: eles insistem em que a racionalidade neoliberal não é apenas uma "forma de razão", mas uma *norma* que se impõe pela coerção e pela violência. O neoliberalismo não é apenas uma maneira de pensar; é uma maneira de *governar* que produz desigualdades concretas, exclusões concretas, sofrimentos concretos. Essa ênfase na dimensão material da norma é o que falta, em certa medida, na análise de Brown.

Voltaremos a esse ponto nas seções seguintes.

4. A GUERRA CONTRA O SOCIAL E SUAS DETERMINAÇÕES MATERIAIS

O primeiro capítulo do livro, intitulado "A sociedade deve ser desmantelada", é talvez sua joia analítica. Brown demonstra como Hayek, em *O caminho da servidão* e em *Direito, Legislação e Liberdade*, empreende uma cruzada contra a própria ideia de "sociedade" como entidade dotada de existência própria e de reivindicações legítimas. Para Hayek, a sociedade é um artefato construtivista — uma ficção perigosa que abre portas ao totalitarismo. A autora reconstrói essa operação com precisão:

Epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência. Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social, seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de "desmassificação", escorando os indivíduos e famílias contra a sociedade e o Estado (Brown, 2019, p. 37-38).

Essa passagem, densa e precisa, revela a amplitude do projeto neoliberal tal como Brown o reconstrói. Não se trata apenas de desregular mercados: trata-se de destruir o imaginário do *social*, de atomizar o tecido coletivo, de converter cada vínculo solidário em relação contratual. A crítica é devastadora e, do ponto de vista de uma esquerda que sempre combateu a naturalização do mercado, absolutamente bem-vinda.

Contudo, é preciso perguntar: a destruição do "social" é apenas um projeto intelectual gestado nos escritos de Hayek e Friedman, ou é a expressão política de uma necessidade mais profunda do capital? Aqui, a análise de Brown encontra seu limite mais significativo. Ao centrar-se na dimensão ideológica e discursiva do desmantelamento do social, ela tende a negligenciar as *bases materiais* desse processo.

David Harvey, em *Uma breve história do neoliberalismo* (2005), oferece uma leitura complementar que ajuda a preencher essa lacuna. Para Harvey, o neoliberalismo não é apenas uma "racionalidade" ou uma "ideologia"; é um *projeto de classe* que visa restaurar o poder da burguesia após a crise dos anos 1970. A destruição do social — dos sindicatos, dos movimentos populares, das formas coletivas de reprodução da vida — não é um efeito colateral do neoliberalismo; é sua *condição de possibilidade*. Sem a destruição do social, o capital não consegue restaurar suas taxas de lucro.

Harvey escreve, de forma lapidar:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar e acima de tudo, uma teoria das práticas político-econômicas que argumenta que o bem-estar humano só pode ser melhorado pela liberação das liberdades empresariais individuais e dos direitos de propriedade privada dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes mercados livres e livre comércio (Harvey, 2005, p. 2).

Essa definição, mais "econômica" do que a de Brown, não é necessariamente incompatível com a dela — mas aponta para uma dimensão que a autora tende a negligenciar: a de que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma *resposta da classe dominante* à crise de acumulação e à ameaça representada pelo poder popular.

A elisão da dimensão de classe não é um detalhe secundário. Ela tem consequências diretas na forma como Brown compreende a

ascensão da extrema direita. Ao longo do livro, os sujeitos políticos dessa virada — os trabalhadores brancos, precarizados, ressentidos — aparecem principalmente como *vítimas* da racionalidade neoliberal, como pessoas que foram "acidentalmente" feridas pela perda de seu status de supremacia. Mas essa formulação, como veremos, produz mais sombras do que luzes.

A questão é a seguinte: se o neoliberalismo é uma racionalidade que se impõe por sua própria força discursiva, como explicar sua adoção por governos tão distintos — de Pinochet a Thatcher, de Reagan a Fernando Henrique Cardoso, de Menem a Yeltsin? A resposta marxista é simples: porque todos esses governos enfrentavam, de formas distintas, a mesma crise de acumulação e a mesma necessidade de restaurar o poder do capital. A resposta de Brown, por sua vez, permanece mais nebulosa — oscilando entre a análise das ideias fundadoras e a descrição dos efeitos subjetivos da racionalidade neoliberal.

Essa tensão entre a dimensão "ideal" e a dimensão "material" do neoliberalismo atravessa todo o livro e se torna especialmente problemática quando a autora tenta explicar a ascensão da extrema direita. Se o neoliberalismo é uma racionalidade que produz efeitos não intencionais, quem é o sujeito dessa racionalidade? Quem a produz, quem a reproduz, quem se beneficia dela? Sem responder a essas perguntas, a análise corre o risco de reificar o neoliberalismo como uma força autônoma, quase metafísica, que age por trás das costas dos atores sociais.

5. O PROJETO MERCADO-E-MORAL: CONSERVADORISMO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO

Um dos aspectos mais originais do livro é a tese de que o conservadorismo moral não é um elemento externo ao neoliberalismo, acoplado a ele por conveniência eleitoral, mas um componente *constitutivo* de seu projeto original. Brown demonstra que tanto Hayek quanto os ordoliberais alemães viam na família tradicional, na moralidade cristã e nos valores conservadores um antídoto necessário contra os excessos do individualismo que o próprio mercado produzia. O mercado, por si só, dissolve tradições; era preciso, portanto, ancorá-lo em alguma forma de autoridade moral pré-política. A autora observa:

Mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado ("economicizando tudo", como argumentei em Undoing the Demos), o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação (Brown, 2019, p. 42).

Essa tese é de enorme valia para compreender fenômenos contemporâneos como a aliança entre evangélicos e ultraliberais no Brasil, a retórica da "ideologia de gênero" e a cruzada antiaborto que atravessa governos de extrema direita em todo o mundo. Brown nos dá as ferramentas para entender que essa aliança não é uma contradição, mas uma coerência profunda do projeto neoliberal.

A autora aprofunda essa análise ao examinar o papel da família no pensamento de Hayek e na revolução neoliberal americana. Ela se apoia no trabalho de Melinda Cooper (2016), *Family Values*, para

demonstrar como a família tradicional foi explicitamente aduzida para substituir múltiplos aspectos do Estado social:

A privatização memorialógica da seguridade social, da saúde e do ensino superior envolveu a responsabilização dos indivíduos masculinos, em vez do Estado, nos cuidados com a adolescência; dos pais, em vez do Estado, pelos custos da educação superior; e das famílias, em vez do Estado, na provisão de qualidade de vida para os descendentes — sejam eles idosos ou deficientes (Brown, 2019, p. 42).

Essa passagem revela como o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica abstrata, mas um projeto concreto de reorganização da vida social — um projeto que transfere para as famílias (e, dentro delas, para as mulheres) responsabilidades que antes eram assumidas coletivamente. A família, nesse contexto, não é um "refúgio" contra o mercado, mas uma *extensão* do mercado — uma unidade econômica que deve se autogerir, se autofinanciar, se autorresponsabilizar.

A ressalva, contudo, é necessária. Ao demonstrar que o neoliberalismo *sempre* flertou com o tradicionalismo moral, Brown tende a homogeneizar experiências históricas bastante distintas. O neoliberalismo de Pinochet, que bombardeou o Palácio de La Moneda e torturou milhares de trabalhadores, não é exatamente o mesmo neoliberalismo que, nas democracias ocidentais dos anos 1990, pôde conviver com certos avanços dos movimentos de mulheres e LGBTQIA+. Há uma diferença entre o

neoliberalismo *really existing* nas metrópoles e o neoliberalismo implantado a sangue e fogo na periferia do capitalismo mundial.

Essa homogeneização se torna especialmente problemática quando a autora aborda o caso brasileiro. O bolsonarismo, por exemplo, não é simplesmente a expressão de uma "racionalidade neoliberal" que produz efeitos não intencionais — ele é também a expressão de uma tradição autoritária, racista e patriarcal que atravessa a história brasileira desde a colonização. Reduzir o bolsonarismo a um "filho monstruoso" do neoliberalismo é perder de vista as continuidades históricas que o tornaram possível.

A ausência de uma perspectiva decolonial é, nesse sentido, uma lacuna significativa. A obra de Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, oferece ferramentas analíticas que poderiam enriquecer a análise de Brown — especialmente sua noção de "fascismo social" como forma específica de dominação nas periferias do capitalismo mundial. Para Santos, o fascismo não é um fenômeno exclusivamente europeu, mas uma forma de dominação que se manifesta de maneira distinta nos centros e nas periferias do sistema-mundo.

6. NIILISMO, RESSSENTIMENTO E A FERIDA DA SUPREMACIA BRANCA

É no capítulo final, intitulado "Nenhum futuro para homens brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento", que o livro alcança seus momentos mais potentes — e também suas tensões mais produtivas. A autora argumenta que o neoliberalismo, ao dissolver os fundamentos de sentido compartilhados, ao destruir o social e ao reduzir toda valoração à lógica do mercado, produz um terreno

niilista no qual a extrema direita floresce. Mas esse niilismo não é homogêneo: ele assume uma coloração específica quando encontra a ferida narcísica da supremacia branca masculina, que se vê ameaçada pela perda de privilégios históricos.

Brown formula assim a tese central desse capítulo:

O neoliberalismo produziu efeitos muito diferentes daqueles imaginados e visados por seus arquitetos. Há várias razões para isso. Primeiramente, há uma espécie de retorno do recalcado na razão neoliberal — uma erupção feroz das forças sociais e políticas a que os neoliberais de uma só vez se opuseram, subestimaram e deformaram com seu projeto desdemocratizador. Isso significa que o neoliberalismo realmente existente apresenta agora o que Sheldon Wolin caracteriza como uma forma "enfurecida" de governo da maioria (frequentemente denominada "populismo" por especialistas) que surge da sociedade que os neoliberais pretendiam desintegrar, mas não conseguiram derrotar, e que assim foi deixada sem normas civis nem compromissos comuns (Brown, 2019, p. 45).

Essa passagem é ao mesmo tempo iluminadora e problemática. Iluminadora porque capta algo essencial da psique da extrema direita contemporânea: seu caráter destrutivo, sua disposição a incendiar o mundo antes que aceitá-lo transformado. As imagens de apoiadores de Trump invadindo o Capitólio em janeiro de 2021, de bolsonaristas depredando prédios públicos em Brasília em janeiro de 2023, de torcedores ingleses celebrando o Brexit sem saber o que

ele significa concretamente — tudo isso encontra na formulação de Brown uma chave de leitura poderosa.

A noção de "retorno do recalcado" é particularmente feliz. Brown demonstra que os neoliberais originais pretendiam despolitizar a sociedade, submetê-la à disciplina do mercado e da moral tradicional. Mas a política, como ensinou Marx, não se deixa abolir tão facilmente. Ela retorna — e retorna de forma monstruosa, sob a forma de um populismo "enfurecido" que os neoliberais originais teriam abominado. A autora escreve:

Eles teriam ficado horrorizados diante do fenômeno contemporâneo do surgimento de líderes ao mesmo tempo autoritários e imprudentes surfando nessa maré rumo ao poder. Em suma, embora este livro argumente que a constelação de princípios, políticas, práticas e formas de governar a razão que pode ser reunida sob o signo de neoliberalismo constituiu de modo importante o presente catastrófico, não foi esse o rebento desejado pelo neoliberalismo, mas sua criação frankensteiniana (Brown, 2019, p. 40).

A metáfora de Frankenstein é sugestiva, mas também problemática. Ela sugere que o neoliberalismo "perdeu o controle" de sua própria criação — que a extrema direita é um monstro que escapou das mãos de seus criadores. Mas essa formulação merece ser tensionada. A extrema direita não é apenas um "efeito colateral" do neoliberalismo; ela é, em muitos casos, um *instrumento* deliberadamente mobilizado pelas classes

dominantes para disciplinar o trabalho, destruir as organizações populares e restaurar as taxas de lucro.

Aqui, a análise de Brown se aproxima perigosamente de uma certa "funcionalismo" invertido: se em certas leituras marxistas vulgares o fascismo é explicado como uma "ferramenta consciente" da burguesia, em Brown a extrema direita aparece como um "efeito não intencional" da racionalidade neoliberal. Ambas as leituras são unilaterais. A verdade, como sempre, está na dialética: a extrema direita é ao mesmo tempo instrumento e efeito, meio e fim, produto e produtor.

O problema, porém, é que a noção de "ferimento acidental" da supremacia branca soa estranha quando examinada de perto. A erosão dos privilégios brancos e masculinos foi realmente "acidental"? Ou não seria antes o resultado de décadas de luta dos movimentos negros, feministas, indígenas e LGBTQIA+? Ao caracterizar essa erosão como "acidental", Brown retira a agência política dos movimentos que a produziram e a transfere para uma dinâmica quase automática da racionalidade neoliberal. Isso não é apenas impreciso: é politicamente desmobilizador, pois sugere que a resistência à extrema direita deve vir principalmente da defesa das instituições democráticas liberais, e não da radicalização das lutas por emancipação.

Nancy Fraser, em *Cannibal Capitalism* (2022), oferece uma leitura complementar que ajuda a pensar essa questão. Para Fraser, a crise contemporânea do capitalismo não é apenas uma crise econômica ou política, mas uma crise *civilizatória* — uma crise que afeta todas as bases institucionais sobre as quais o capitalismo se apoia: a família, a comunidade, a natureza, o poder público. Nesse contexto, a

extrema direita não é um "efeito colateral", mas uma resposta *funcional* à crise — uma resposta que visa restaurar as hierarquias tradicionais (de gênero, raça, classe) que o próprio capitalismo havia abalado.

Fraser escreve:

O capitalismo, em sua forma atual, está devorando suas próprias bases institucionais — a família, a comunidade, a natureza, o poder público. E a extrema direita é uma das respostas possíveis a essa crise: uma resposta que visa restaurar as hierarquias tradicionais, não por sentimentalismo, mas porque elas são funcionais à acumulação de capital (Fraser, 2022, p. 15).

Essa leitura, mais "materialista" do que a de Brown, não é necessariamente incompatível com a dela — mas aponta para uma dimensão que a autora tende a negligenciar: a de que a extrema direita não é apenas uma expressão de ressentimento ou niilismo, mas também uma *estratégia* de classe — uma estratégia que visa restaurar as condições de acumulação através da destruição das formas de vida coletivas.

7. A DEMOCRACIA LIBERAL COMO HORIZONTE: O LIMITE ESTRATÉGICO DA ANÁLISE

Talvez a crítica mais substantiva que uma leitura de esquerda pode dirigir a Brown diga respeito ao horizonte político que se desenha — ou que não se desenha — nas entrelinhas do livro. Ao longo de suas páginas, fica claro que o que está em jogo é a *defesa da*

democracia contra a investida antidemocrática. Mas que democracia? A democracia liberal-capitalista que o próprio neoliberalismo ajudou a corroer? A democracia que, como a própria Brown reconhece, nunca foi plena para mulheres, negros, trabalhadores e colonizados?

A autora é honesta ao admitir que as democracias liberais nunca realizaram plenamente seus princípios igualitários. Ela escreve: “O primeiro capítulo, “A sociedade deve ser desmantelada”, é iniciado com a defesa de que a igualdade política é a base da democracia, e, portanto, para a autora, as democracias liberais ou capitalistas nunca foram democracias plenas” (Brown, 2019, p. 47).

Mas a solução que parece se insinuar é a de aprofundar esses princípios — tornar a democracia mais inclusiva, mais robusta, mais fiel a si mesma. Essa é, sem dúvida, uma posição defensável e, em muitos contextos, urgente. Mas ela é suficiente?

O problema é que Brown, ao longo de todo o livro, não oferece elementos para pensar uma ruptura com a ordem capitalista. O neoliberalismo é criticado como uma deformação antidemocrática, mas o capitalismo enquanto tal — enquanto modo de produção que gera necessariamente desigualdade, exploração e crise ecológica — permanece fora do escopo da análise. Ora, se o neoliberalismo é a forma contemporânea da dominação capitalista, como combatê-lo sem enfrentar o capital? Se a democracia liberal é inseparável da acumulação capitalista, como aprofundá-la sem transformar radicalmente as relações de produção?

Essa ausência não é um mero esquecimento. Ela reflete uma opção teórica: a de que a tradição marxista, com sua ênfase na classe e na

economia política, seria insuficiente para dar conta das complexidades do neoliberalismo como racionalidade. Há verdade nessa afirmação — uma esquerda que reduz tudo à economia está cega para as dimensões culturais, subjetivas e simbólicas da dominação. Mas uma esquerda que abandona a análise do capital como relação social está igualmente cega para os fundamentos materiais que tornam o neoliberalismo não apenas uma "racionalidade", mas uma *necessidade histórica* do capital.

Wolfgang Streeck, em *Como o capitalismo terminará?* (2016), oferece uma leitura que ajuda a pensar essa tensão. Para Streeck, o capitalismo contemporâneo não é apenas uma "racionalidade" ou um "modo de produção", mas uma *forma histórica específica* de organização social que se encontra em crise terminal — uma crise que não pode ser resolvida dentro dos marcos do próprio sistema. Nesse contexto, a defesa da democracia liberal é, no mínimo, problemática — porque a democracia liberal é inseparável do capitalismo, e o capitalismo se encontra em crise.

Streeck escreve:

O capitalismo, em sua forma atual, não é mais capaz de reproduzir as condições de sua própria existência — condições que incluem não apenas a força de trabalho, mas também a natureza, a comunidade e a democracia. A crise do capitalismo é, ao mesmo tempo, uma crise da democracia — e vice-versa (Streeck, 2016, p. 23).

Essa leitura, mais "catastrófica" do que a de Brown, não é necessariamente mais correta — mas aponta para uma dimensão

que a autora tende a negligenciar: a de que a defesa da democracia liberal, por si só, não é suficiente para enfrentar a crise contemporânea. É preciso, também, pensar em alternativas ao capitalismo — alternativas que não se limitam à "regulação" do mercado, mas que visam a sua superação.

Aqui, a tradição marxista oferece ferramentas analíticas que poderiam enriquecer a análise de Brown. A noção de "comunismo", por exemplo, não como um regime político específico, mas como a perspectiva de uma sociedade sem classes, sem Estado, sem exploração — essa noção, tão injustiçada no século XX, merece ser revisitada no século XXI. Não como um "modelo" a ser implementado, mas como um *horizonte* que orienta a luta.

8. A PERIFERIA AUSENTE: UMA CRÍTICA GEOGRÁFICA E DECOLONIAL

Outra lacuna significativa do livro diz respeito à quase total ausência do Sul Global na análise. Brown concentra-se nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa continental. A América Latina, a África, a Ásia — espaços onde o neoliberalismo foi experimentado com intensidade muitas vezes maior que nas metrópoles — aparecem apenas de forma tangencial.

Ora, o neoliberalismo não começou com Thatcher e Reagan. Ele foi testado pela primeira vez no Chile de Pinochet, em 1973, sob a orientação direta dos "Chicago Boys" formados por Milton Friedman. Foi no Reino Unido e nos Estados Unidos que se implementou, sim, mas foi na periferia que ele assumiu suas formas mais cruéis: desindustrialização prematura, financeirização selvagem, destruição de economias camponesas, endividamento externo, ajustes

estruturais impostos pelo FMI. A experiência latino-americana — do México ao Brasil, da Argentina à Colômbia — é de um neoliberalismo que não precisou esperar pela ascensão da extrema direita para revelar seu caráter antidemocrático. Ele *sempre* foi antidemocrático aqui.

Essa ausência geográfica não é apenas uma falha de abrangência empírica. Ela empobrece a própria análise teórica, pois impede Brown de perceber que aquilo que ela descreve como "ascensão da política antidemocrática" é, em grande parte do mundo, uma *continuidade* — não uma novidade. O que muda, na periferia, é que a máscara democrática cai mais cedo e com menos cerimônia.

A obra de Aníbal Quijano (2005) sobre a "colonialidade do poder" oferece ferramentas analíticas que poderiam enriquecer a análise de Brown. Para Quijano, a modernidade não é um fenômeno exclusivamente europeu, mas um sistema-mundo que se constitui através da colonização — uma colonização que não se limita à dimensão econômica, mas que abrange também as dimensões política, cultural e subjetiva. Nesse contexto, o neoliberalismo não é uma "novidade", mas a forma contemporânea da colonialidade — uma colonialidade que se manifesta de maneira distinta nos centros e nas periferias do sistema-mundo.

Quijano escreve:

A colonialidade do poder é a face oculta da modernidade. Ela não é um resquício do passado colonial, mas uma estrutura de dominação que se reproduz no presente — uma estrutura que articula raça, trabalho, gênero e subjetividade de maneiras específicas em cada região do sistema-mundo (Quijano, 2005, p. 117).

Essa leitura, mais "decolonial" do que a de Brown, não é necessariamente incompatível com a dela — mas aponta para uma dimensão que a autora tende a negligenciar: a de que o neoliberalismo não é um fenômeno homogêneo, mas uma forma de dominação que se manifesta de maneiras distintas em cada região do sistema-mundo.

A ausência de uma perspectiva decolonial tem consequências diretas na forma como Brown compreende a ascensão da extrema direita. Nos Estados Unidos e na Europa, a extrema direita se apresenta como uma reação à perda de privilégios — uma reação de homens brancos que se sentem ameaçados pela ascensão de mulheres, negros, imigrantes e minorias. Mas na periferia, a extrema direita se apresenta de maneira distinta — não como uma reação à perda de privilégios, mas como uma *afirmação* de privilégios históricos — privilégios de classe, raça e gênero que nunca foram questionados.

O bolsonarismo, por exemplo, não é uma reação à perda de privilégios — é uma afirmação de privilégios que sempre existiram. Os apoiadores de Bolsonaro não são "homens brancos feridos" — são homens brancos que *sempre* foram feridos, mas que agora encontram uma voz política para expressar sua ferida. Essa diferença

não é apenas semântica; ela tem consequências diretas para a forma como se pensa a resistência à extrema direita.

9. PARA ALÉM DAS RUÍNAS: POR UMA ESQUERDA QUE NÃO SE CONTENTE COM O RESGATE

Não se trata, em nenhuma dessas críticas, de negar a importância de *Nas ruínas do neoliberalismo*. O livro é, sem dúvida, uma das contribuições mais relevantes para o pensamento crítico contemporâneo. Ele nos obriga a pensar o neoliberalismo para além da economia, a reconhecer as conexões entre mercado e moralidade, a compreender a ascensão da extrema direita como algo que não pode ser reduzido a "irracionalidade" ou "manipulação". Brown nos dá um mapa — e um mapa valioso — do terreno em que nos movemos.

Mas um mapa não é um território, e um diagnóstico não é uma estratégia. O que falta no livro — e o que uma esquerda comprometida com a transformação radical precisa construir — é uma reflexão sobre as *formas de resistência* que sejam capazes de enfrentar o neoliberalismo não apenas na defesa da democracia liberal, mas na construção de uma democracia verdadeiramente substantiva. Isso implica pensar a classe trabalhadora não apenas como vítima do neoliberalismo, mas como sujeito político capaz de interromper a reprodução do capital. Implica pensar os movimentos sociais não apenas como defensores de identidades feridas, mas como portadores de projetos civilizatórios alternativos. Implica, enfim, pensar a emancipação para além do quadro conceitual do liberalismo — mesmo do liberalismo de esquerda.

Aqui, a tradição marxista oferece ferramentas analíticas que poderiam enriquecer a análise de Brown. A noção de "hegemonia", desenvolvida por Gramsci (1999), por exemplo, ajuda a pensar a dimensão cultural e subjetiva da dominação — sem reduzir essa dimensão a uma simples "racionalidade". Para Gramsci, a hegemonia não é apenas uma forma de dominação cultural, mas uma forma de *direção política* — uma forma de direção que articula consenso e coerção, cultura e economia, sujeito e estrutura.

Gramsci escreve:

A hegemonia não é apenas a dominação das classes subalternas através da coerção, mas também a direção intelectual e moral das classes aliadas — uma direção que se exerce não apenas no Estado, mas também na sociedade civil, nas instituições culturais, nas formas de vida cotidianas (Gramsci, 1999, p. 195).

Essa leitura, mais "dialética" do que a de Brown, não é necessariamente mais correta — mas aponta para uma dimensão que a autora tende a negligenciar: a de que a resistência ao neoliberalismo não pode se limitar à defesa das instituições democráticas liberais, mas deve visar a construção de uma *contra-hegemonia* — uma contra-hegemonia que articule as lutas por emancipação (de gênero, raça, sexualidade) com a luta contra o capital.

Aqui, a obra de Nancy Fraser (2022) oferece uma contribuição importante. Para Fraser, a crise contemporânea do capitalismo não é apenas uma crise econômica, mas uma crise *civilizatória* — uma

crise que afeta todas as bases institucionais sobre as quais o capitalismo se apoia. Nesse contexto, a resistência ao capitalismo não pode se limitar à "regulação" do mercado, mas deve visar a construção de uma sociedade que não seja organizada em torno da acumulação de capital.

Fraser escreve:

A crise do capitalismo é, ao mesmo tempo, uma crise da democracia, da comunidade, da natureza e da vida social. A resistência ao capitalismo deve, portanto, visar não apenas a "regulação" do mercado, mas a construção de uma sociedade que não seja organizada em torno da acumulação de capital — uma sociedade que seja organizada em torno da reprodução da vida (Fraser, 2022, p. 45).

Essa leitura, mais "afirmativa" do que a de Brown, não é necessariamente mais correta — mas aponta para uma dimensão que a autora tende a negligenciar: a de que a resistência ao neoliberalismo não pode se limitar à defesa da democracia liberal, mas deve visar a construção de uma democracia verdadeiramente substantiva — uma democracia que não seja inseparável da acumulação de capital.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA LEITURA QUE NÃO SE CONTENTE COM O DIAGNÓSTICO

Brown encerra o livro com uma nota de cautela: as ruínas do neoliberalismo podem ser o terreno de uma reconstrução

democrática, ou o terreno de uma barbárie ainda mais profunda. A escolha não está dada. Mas ela não pode ser feita sem uma esquerda que ouse pensar para além dos limites que o próprio neoliberalismo impôs ao imaginário político.

Este artigo buscou demonstrar que a obra de Brown, embora indispensável, permanece presa a certos limites epistemológicos e políticos que impedem uma compreensão mais radical do neoliberalismo como expressão da dominação de classe e da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Entre esses limites, destacam-se:

Primeiro limite: a compreensão do neoliberalismo principalmente como uma "racionalidade" ou "governamentalidade", em detrimento de sua dimensão econômica e classista. Essa compreensão, embora não incorreta, é insuficiente — porque o neoliberalismo não é apenas uma forma de pensar, mas também uma forma de *dominar* que se apoia na exploração do trabalho e na extração de mais-valia.

Segundo limite: a ausência de uma perspectiva periférica e decolonial. Essa ausência empobrece a análise, porque o neoliberalismo não é um fenômeno homogêneo — ele se manifesta de maneiras distintas nos centros e nas periferias do sistema-mundo. Na periferia, o neoliberalismo não é uma "novidade", mas uma *continuidade* — uma continuidade da colonialidade que se manifesta de formas específicas em cada região.

Terceiro limite: a dificuldade de articular uma agenda política afirmativa para além da defesa das instituições democráticas liberais. Essa dificuldade se manifesta na tensão não resolvida entre

a herança foucaultiana e a tradição marxista — uma tensão que impede a autora de pensar a resistência ao neoliberalismo como uma luta contra o capital, e não apenas contra uma "racionalidade".

Quarto limite: certas ambiguidades no uso do conceito de niilismo. Esse conceito, tal como mobilizado por Brown, permanece algo vago — oscilando entre uma descrição sociológica (a perda de sentidos compartilhados) e uma categoria filosófica de largo espectro (a ausência de fundamentos últimos de valoração). Essa ambiguidade, longe de ser apenas terminológica, produz consequências analíticas: se o niilismo é a condição de possibilidade da extrema direita, então a luta contra a extrema direita se converte, automaticamente, numa luta contra o niilismo — o que, por sua vez, pode significar uma luta pela restauração de sentidos substantivos, de tradições, de fundamentos. Mas quais tradições? Quais sentidos?

Quinto limite: a caracterização da erosão da supremacia branca masculina como um "ferimento acidental". Essa caracterização retira a agência política dos movimentos que produziram essa erosão — movimentos negros, feministas, indígenas, LGBTQIA+ — e a transfere para uma dinâmica quase automática da racionalidade neoliberal. Isso não é apenas impreciso: é politicamente desmobilizador.

Não se trata, em nenhuma dessas críticas, de rejeitar a obra de Brown. Trata-se, antes, de tensioná-la — de extrair dela aquilo que ela tem de mais potente e de indicar onde ela pode ser superada. A esquerda precisa de Brown — mas precisa também ir além dela.

As ruínas podem ser um fim ou um começo — e é aí, nessa encruzilhada, que a luta de classes e os movimentos populares precisam afirmar, com clareza e coragem, que outro mundo é

possível. Não o mundo que o neoliberalismo prometeu e não entregou, nem o mundo que a democracia liberal administra e não democratiza — mas um mundo em que a liberdade de alguns não se construa sobre a exploração de todos os outros. Um mundo em que a democracia não seja apenas formal, mas substantiva — uma democracia que não seja inseparável da acumulação de capital, mas que seja organizada em torno da reprodução da vida.

Como escreveu Marx, em uma passagem que poderia servir de epígrafe para este artigo: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1998, p. 53).

Brown interpreta o mundo com lucidez e rigor. Mas a esquerda precisa fazer mais do que interpretar — precisa transformar. E para transformar, precisa pensar para além das ruínas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo A. Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

COOPER, Melinda. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do to Fight Back*. London: Verso, 2022.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MIROWSKI, Philip. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. London: Verso, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing system*. London: Verso, 2016.

